



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA REUNIÃO

No dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e um, às 14h37min., realizou-se reunião de trabalho em formato presencial no âmbito da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal, Anexo II, Plenário 03, com vistas a tratar com os órgãos do Governo do Distrito Federal e representantes da Sociedade Civil sobre denúncias que apontam para a ocorrência de parcelamentos irregulares, degradação ambiental e ausência de fiscalização da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Granja do Ipê, no Distrito Federal, em atendimento ao Requerimento n. 92/2021¹, de autoria da deputada **ERIKA KOKAY (PT/DF)**. A citada Arie foi criada pelo Decreto nº 19.431, de 15 de julho de 1998 e atualizada pelo Decreto nº 26.439, de 9 de dezembro de 2005. É uma unidade de conservação de uso sustentável. O Plano de Manejo foi publicado conforme a Instrução Normativa nº 164 de 19 de agosto de 2013. Participaram da referida reunião, a deputada Erika Kokay, que coordenou os trabalhos; **DAVID DO LAGO FERREIRA**, Superintendente de Fiscalização do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; **JEOVANE LUCIO DE OLIVEIRA**, Analisa do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; **REJANE PIERATTI**, Superintendente das Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; **GUILHERME MACIEL ANTUNES CARVALHO**, Coordenador da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal – SPU/DF; **ROGÉRIO SILVA**, Assessor da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial, da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal –SEMA; **ANDERSON ASSIS DE MELO**, assessor da **Secretaria de Agricultura do Distrito Federal – SEAGRI**; **RICARDO MINOTI** - Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Paranaíba no DF; **REGINA FITTIPALDI**, Pró-Reitora de Meio Ambiente da Universidade Internacional da Paz – UNIPAZ; **MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA**, representante da Associação dos Produtores Rurais e de

¹ <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2303976>

Moradores do CAUB I; e **HEBERT INOKALLA**, ativista ambiental e representante da comunidade do CAUB I. Inicialmente, a deputada Erika Kokay agradeceu a presença de todos(as) e afirmou que a finalidade da presente reunião era discutir medidas conjuntas com os órgãos de governo e representantes da comunidade face às diversas preocupações dos moradores da região da Granja do Ipê com as constantes ocupações irregulares como resultado direto do parcelamento ilegal de parte da área, ações estas que têm ocorrido mais intensamente aos fins de semana e feriados. Em sequência, passou a palavra para **Regina Fittipaldi**, que fez uma apresentação em *slides* sobre o assunto a partir de imagens e mapas das áreas de conservação do DF, especialmente a Arie em questão; destacou imagens da degradação ambiental que ocorre atualmente na região, a exemplo do acúmulo de lixo nas nascentes; assoreamento do Córrego Capão Preto e Córrego do Ipê; abandono de carcaças de veículos na área de cerrado; retirada ilegal de cascalho; bem como falou da organização e mobilização comunitárias existente na região a partir do trabalho desenvolvido pela Unipaz há mais de vinte anos com foco na educação ambiental, proteção das unidades de conservação por meio do “**Movimento Diálogos da ARIE Granja do Ipê**”, coletivo criado para proteger e preservar uma região de Cerrado com sua fauna e flora e principalmente as águas da ARIE Granja do Ipê. Em sequência, pontuou a cronologia de ações na Arie, desde a entrega da carta da Unipaz à então SEMATEC (atual IBRAM), em 1992, até o momento da criação do Conselho Gestor da Arie, em 2014, durante o governo Rollemberg. Regina informou que a situação é bastante grave, pois recentemente a unidade foi alvo de nova ação de grileiros, que cercaram uma área de 7 mil metros quadrados localizada na Arie da Granja do Ipê. Além disso, informou que foram instalados postes de energia elétrica em pleno fim de semana e que as pessoas que fizeram a instalação sequer usavam uniforme da Neenergia. Ao que tudo indica, tal procedimento foi realizado sem qualquer autorização do IBRAM. Dando sequência, fez uso da palavra **David do Lago Ferreira**. Afirmou que o órgão expediu um auto de infração ambiental, com multa de R\$ 108 mil ao responsável pela destruição de vegetação dentro da área de conservação; que a fiscalização foi intensificada na região a partir de uma ação coordenada entre o órgão, a Polícia Civil e a Secretaria de Meio Ambiente; que uma equipe de fiscalização se dirigiu até o local no dia 09/10/2021 para colher dados sobre materialização e autoria do dano ao meio ambiente; que o caso foi encaminhado à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) para investigação de possível crime ambiental. Neste ínterim, David

foi questionado por Regina se o IBRAM, para além da aplicação de multa aos grileiros, também irá exigir a recuperação das áreas degradadas e se o valor da multa poderá ser usado para implementar tal medida a partir de ações de educação ambiental junto à comunidade local; e ainda, questionou se o citado órgão vai exigir que a Neenergia retire todos os postes instalados. Em resposta, o representante do IBRAM afirmou que a pasta trabalhará pela recuperação da área e que não constitui finalidade do órgão arrecadar valores que resultem de aplicação de multas, mas tão somente atuar para a adequação dos cidadãos às normas ambientais, além da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à proteção do meio ambiente. Quanto aos postes irregularmente colocados na área, disse que o IBRAM fará uma avaliação prévia sobre a finalidade primeira que justificou sua instalação, isto é, se constituía uma demanda por energia vinda de outro órgão ou simplesmente uma medida para atender a interesses particulares. A partir disso, será possível definir a remoção das pilastras. Disse ainda que a fiscalização da área depende de um trabalho em conjunto com a SPU, considerando que a mesma está sob a dominialidade da União. Em complemento, **Rejane Pieratti**, informou que não houve nenhuma autorização por parte do IBRAM para a instalação de postes no citado local, e muito menos para supressão de vegetação nativa, sendo ela a responsável direta pela emissão desse tipo de solicitação. Questionada por Regina se o IBRAM já havia encaminhado pedido de esclarecimento à NEONERGIA sobre os motivos para instalação de energia, Rejane afirmou que essa medida já foi adotada. Passou-se a palavra posteriormente a **Jeovane Lucio**. Ele destacou que as ocupações humanas que têm se consolidado na região estão sendo determinantes para agravar o processo de deterioração do meio ambiente, com o consequente esgotamento dos recursos naturais; que a questão das ocupações é antiga; que a falta de responsabilidade/gestão/atuação/fiscalização conjunta dos órgãos, além da ausência de fluxo de informações entre eles, é um dos principais fatores que fragilizam a devida proteção da Arie; que falta diálogo entre as pastas governamentais, inclusive no que tange ao cumprimento dos critérios legais para concessão de uso por terceiros; citando um exemplo hipotético, disse que, em alguns casos, pessoas que já moram no local há muito tempo e que, eventualmente, sejam autuadas por algum órgão fiscalizador, geralmente tentam entrar com recurso contra a medida pelo simples fato de terem em mãos algum documento que legitime a sua permanência na área, situação que cria impedimento administrativo para a tomada de providências por parte

do IBRAM. Em sequência, fez uso da palavra **Guilherme Maciel**, segundo o qual as ocupações que hoje existem no âmbito da unidade estariam regulares; que os pedidos de regularização encaminhados à SPU estavam congelados há pelo menos três meses; que a SPU tem ciência das recentes denúncias de grilagem de terra; que a fiscalização da Arie não é feita somente pela pasta, mas também com a participação da Polícia Federal e Civil do DF; que o órgão conta com apenas duas viaturas e dois motoristas efetivos para o desempenho das ações fiscalizatórias em todo DF, os quais já estão na iminência de se aposentar; que o órgão precisa urgente da realização de concurso público para suprir a demanda e que a SPU precisa fechar Acordos de Cooperação técnica – ACTs com outros órgãos de fiscalização.” Ato contínuo, pediu a palavra **Ricardo Minoti**, que, tal como Regina, manifestou grande preocupação com o histórico de degradação ambiental ora verificado na Granja do Ipê. Considerando que a questão envolve a competência de vários órgãos, sugere uma discussão ampliada com a participação dos demais órgãos de governo e membros da sociedade civil; Por sua vez, **Rogério Silva** informou que a SEMA está trabalhando na formulação de decretos que reformulam medidas para fiscalização das áreas de proteção ambiental do DF; que a secretaria é sensível às preocupações suscitadas pelos representantes da comunidade, como também pelos demais participantes da presente reunião. Regina pediu a palavra novamente. Ponderou que a comunidade aguarda ansiosamente pela efetivação do Conselho Gestor da Arie, o qual foi desarticulado há algum tempo. Considera fundamental que o IBRAM adote as medidas necessárias para agilizar a publicação do edital para regulamentar o conselho. Assim, solicitou informação a David Ferreira sobre as medidas que estão sendo adotadas nesse sentido. Requeceu também a instalação de um posto avançado do IBRAM dentro do parque para desenvolver ações de educação ambiental e auxiliar no processo de fiscalização do local. Falou em seguida **Maria do Rosário Almeida**, que manifestou profundo receio com o agravamento da degradação da área, chamando a atenção notadamente para o fato de os moradores se sentirem intimidados e impotentes diante das ações ilegais ocorridas recentemente. Destaca inclusive que moradores já sofreram ameaça de morte por parte de determinadas pessoas envolvidas com essas práticas delituosas. Fez referência às atividades de grileiros deflagradas no último feriado de 15 de novembro, quando um grupo se aproveitou da ocasião para desmatar e cercar área onde está localizado um sítio arqueológico. Manifestou a necessidade de o governo intensificar as operações de

fiscalização do parque. Por fim, Regina Fittipaldi reiterou a urgência do governo de debruçar sobre a definição da dominialidade do parque, de modo que o mesmo seja transferido para o GDF. Face às questões pontuadas pelos participantes da reunião e diante da necessidade de assegurar a proteção integral da Arie Granja do Ipê, a Deputada Erika Kokay fez os seguintes encaminhamentos: 1- Sugeriu à SEMA a constituição de Grupo de Trabalho composto pelos segmentos presentes na reunião e membros da comunidade para discutir a situação da Arie, propor medidas para sua devida proteção, acompanhar os desdobramentos das ações fiscalizatórias e o processo de implementação do Conselho Gestor; 2- Agendar visita técnica no local com a participação dos órgãos competentes e membros da comunidade; 3- Agendar reunião com a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no DF, posto que o órgão foi convidado para a presente reunião, mas não compareceu; e 4- Agendar reunião com a Casa Civil do DF, também ausente na reunião para a qual fora convidada, para tratar da definição da dominialidade da Arie. A deputada Erika Kokay agradeceu a presença de todos(as), ressaltando que a reunião propiciou um produtivo debate. Foram também convidados para participar da presente reunião os titulares da Casa Civil e da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal, mas não compareceram nem encaminharam representante. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às 16h01. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que por ter sido aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão.